Ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2013 CIB - Comissão Intergestores Bipartite

3Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Auditório João Torres da SESAB, no Centro Administrativo da 4Bahia, com as presenças dos Senhores Membros da CIB, Dr. Jorge José Santos Pereira Solla – Secretário da Saúde e 5Coordenador da CIB, Raul Moreira Molina Barrios, Presidente do COSEMS e Coordenador Adjunto da CIB, Suzana Cristina 6Silva Ribeiro, Andrés Castro Alonso Filho, Washington Luis Silva Couto, José Antônio Rodrigues Alves, Ivonildo Dourado Bastos, 7Joseane Mota Bonfim e dos Suplentes: Stela dos Santos Souza, Alfredo Boa Sorte Júnior, Fabiano Ribeiro dos Santos e Cynthia 8Lopes Abreu Marques. Às 14 horas, havendo número legal, Dr. Raul Molina declarou aberta a sessão, informando tratar-se de 9pauta única: 1. SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE – SUREGS/DIREG: 1.1. 10Regulação Estadual – Contribuições do COSEMS no Processo Regulatório. Em virtude da péssima qualidade do áudio da 11gravação, dificultando o registro das falas, esta Ata foi feita baseada na apresentação realizada. Dra. Vincenza Lorusso, 12Diretora da Regulação da SESAB, saudou a todos e destacou que, quando foi solicitada essa pauta na CIB, ela tinha se 13perguntado o que iria falar que ainda não se soubesse sobre a Regulação. Assim, iniciava fazendo uma reflexão, tentando 14detectar onde começam de fato os problemas da Regulação. Segue a apresentação em slides:

"Reflexão" sobre "Regulação"



3 Dezembro 2013 Vincenza Lorusso DIREG



37Dra Vicenza iniciou com uma reflexão e disse que, como toda reflexão, necessitava silêncio. Falou que seria uma apresentação 38polêmica, mas importante, para que se pensasse realmente sobre o funcionamento da Regulação que no imaginário das 39pessoas se representa como uma coisa redonda, mas é parte de uma engrenagem. Como um relógio, que depende de várias 40coisas para funcionar.

"Determinantes" (População)

45 Envelhecimento da população

 48 Falta de cuidado da população com a <u>própria</u> saúde

50Contextualizou a regulação em uma população cujo perfil epidemiológico está mudando e que não tem ainda a devida 51consciência da sua própria saúde e seus cuidados









Diabete, hipertensão, patologias cardiovasculares...

"Determinantes" 94 95 96 97 98 Falta de informação para suspeita e diagnóstico

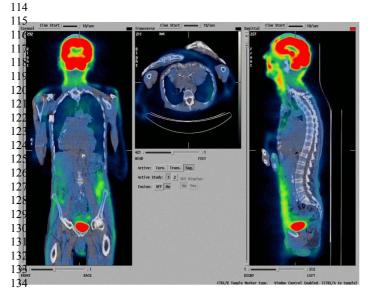
100 precoce das doenças:

- 102 Escassa prevenção de doenças
- Evolução da tecnologia médica com aumento das exigências (legítima?) por parte dos pacientes e dos profissionais de saúde (abuso? excesso?)





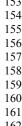


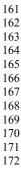


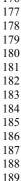


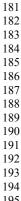


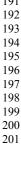


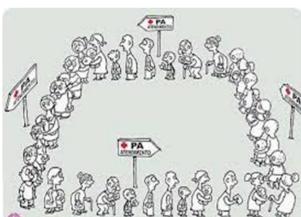














"Determinantes" (Sistema de Saúde)

- Atividades de prevenção/promoção e AB
- Eficácia e eficiência da rede
- Resolutividade dos hospitais de pequeno, médio e grande porte
 - Altíssima TMP e TOH nos hospitais de grande porte
 - Baixa TOH nas unidades de médio e pequeno porte
- Comprometimento dos profissionais
- Nuances políticas
- - · Esvaziamento recursos dos polos
 - Falta resposta executantes
 - Falta de recursos em geral...



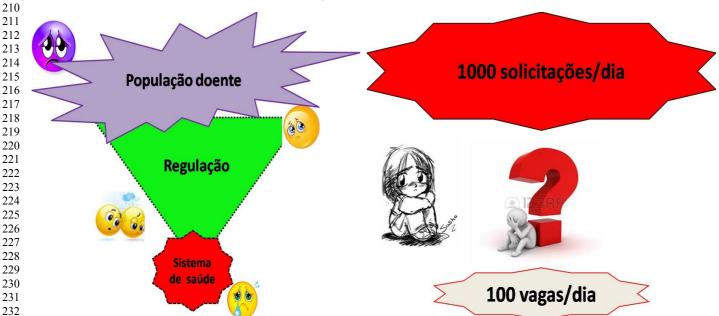
População

Sistema de Saúde

- Crescimento e envelhecimento
- Aumento demanda
- · Cuidado com a própria saúde
- Falta informação sobre doenças
- Falta de prevenção e promoção
- Evolução tecnológica
- Prevenção e promoção

- · Eficiência rede
- Resolutividade hospitais (TMP e TOH)
- Comprometimento profissionais
- Nuances políticas
- PPI

202Passou aos determinantes dos dois grupos: a população e o sistema de saúde. A pouca prevenção de doenças - cuja atuação 203do sistema de saúde neste sentido ainda é frágil, segundo a mesma. O avanço tecnológico - fazendo com que a população exija 204cada vez mais procedimentos sofisticados e com custos cada vez mais elevados. A eficácia e eficiência da rede – hospitais com 205taxas de permanência elevadíssimas (de quinze a vinte dias, quando deveria ser de três a quatro dias). Resolutividade dos 206hospitais de pequeno e médio porte – com altíssimas taxas de tempo médio de permanência e taxa de ocupação hospitalar nos 207hospitais de grande porte e baixa TOH nos de pequeno e médio porte. O Comprometimento dos profissionais, além da estreita 208relação das conduções políticas com as decisões técnicas. A PPI - com o esvaziamento dos recursos dos pólos, a deficiência na 209gestão dos executores e de insuficiência de recurso em geral.



234Apresentando o imaginário da Regulação, situou numa ponta a população doente, como o problema macro. No meio, a 235regulação. E na outra ponta a situação de saúde, como o problema micro em que, para mil solicitações diárias, há apenas cem 236vagas por dia para atendimento.



267Lançou então a pergunta: regular o que? E para onde? E apresentou a imagem da Regulação como um abismo. 268

233

Responsabilidades....

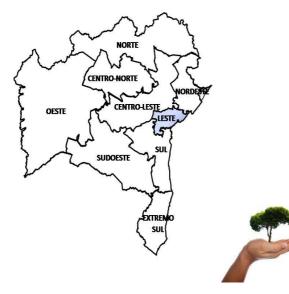


DIREG/CER

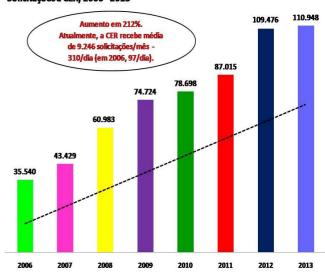


- Definição da Política de Regulação (2/8/2011)
- Definição da política do transporte sanitário (30/10/2013)
- Elaboração dos protocolos de Regulação (2011)
- Estruturação interna dos processo de trabalho da CER (NAC, Núcleo Judicialização, Regulação regionalizada...)
- Estruturação de 3 Complexos Reguladores (Norte, Sul e Sudoeste)
- Observatório com direcionamento da política de contratualização.

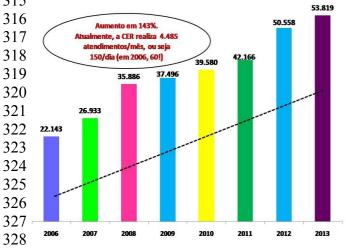
Central Estadual de Regulação (CER)



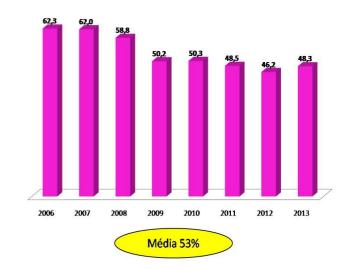
Solicitações à CER, 2006 - 2013



Solicitações atendidas pela CER, 2006 - 2013



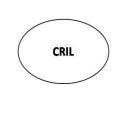
% de atendimentos



Implantação dos Complexos Reguladores



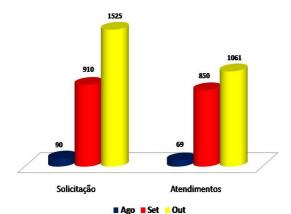
Média mensal solicitações/atendimentos CRIL



**



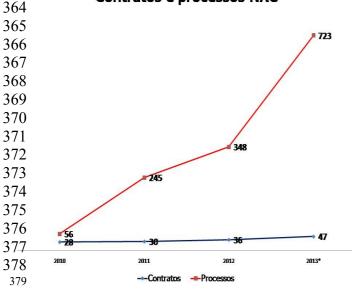
Solicitações e atendimento CR SUL, 2013



SESAB

- Construção de hospitais
- Ampliação da oferta de leitos de UTI, UTI neonatal, retaguarda, leitos crônicos
- Compra de procedimentos de ortopedia, neurocirurgia, cárdio-cirurgia, bariátrica, oncohematologia, avaliação neurológica, exames radiológicos de AC....

Contratos e processos NAC



Fatores coadjuvantes



- Produção ortopédica na rede
- Rotação das UTI e leitos de retaguarda contratualizados
- ID
- Não realização dos procedimentos pelos quais hospitais de município polos do interior estão habilitados (ortopedia, cardiocirurgia, oncologia, neurocirurgia...)
- · Retração dos municípios quanto ampliação oferta MC
- Não disponibilização de leitos por parte da rede complementar apesar da filantropia...

380Entre os principais fatores coadjuvantes, referiu: a produção ortopédica na rede, a rotação de leitos de UTI e de retaquarda; a 381 internação domiciliar, comentando que não se consegue tirar dos leitos de retaguarda muitos dos pacientes para internação 382domiciliar; a não realização de procedimentos em hospitais de pólos de região com serviços habilitados; a retração de municípios 383 quanto à ampliação de oferta de MAC; a não disponibilização de leitos por parte da rede complementar de hospitais filantrópicos.

Impacto??!!??

387• Listas de espera não reduzidas nas várias especialidades:

- UTI: 107 (88 adultos + 9 ped. + 10 neo)

392 - Ortopedia/TRM: 290 (280 + 10)

394 - Cirurgia geral/avaliação cirúrgica: 55 (30 + 25)

 $\frac{395}{200}$ — Cardiologia/ avaliação cardiológica: 41 (17+ 24)

397 – Neurocirurgia: 22

- Oncologia: 21

Que contribuição



COMPLEXO REGULADOR



416				
417	Complexo Regulador	1º Ano (R\$)	2º Ano (R\$)	Total (R\$)
418				
419	CRIL	1.762.197,33	1.880.913,27	3.643.110,60
420	CRISUDOESTE	2.406.804,37	2.444.018,79	4.850.823,16
421	CRESOBOLSTE	2.400.004,57	2.444.018,73	4.030.023,10
422	CRLSUL	2.460.527,46	2.444.018,79	4.904.546,25
423				
424	Total (ano)	6.629.529,16	6.768.950,85	13.398.480,01
425				
426	Total (mês)	552.460,76	564.079,24	1.116.540,00

10% do orçamento constitui a parte variável ligada à produção e indicadores predefinidos

Portaria 1792 de 22/8/2012						
Complexo Regulador	Média mês (R\$)	Contribuição MS/mês (R\$)	%			
CER	3.500.000 151.796	146.250 66.600	4,1 44%			
CRIL						
CRLSUDOESTE	202.118	0	0			
CRLSUL	204.356	0	0			
Total (mês)	4.058.270	201.850	5%			
Total (ano)	48.699.241	2.554.200	5%			

431 432		Pt. 2923 de 28/11/2013		
433 434	Complexo Regulador	Média mês (R\$)	Contribuição MS/mês	%
435 436 437	CER	3.500.000	(R\$) 146.250 (Ve IV)	4,1
438 439 440	CRIL	151.796	66.600 (III)	44%
441 442 443	CRLSUDOESTE	202.118	66.600 (III)	33%
444 445	CRLSUL	204.356	66.600 (III)	33%
446 447 448	Total (mês)	4.058.270	346.050	10%
449 450 451	Total (ano)	48.699.241	4.152.600	8,5%

Municípios/COSEMS

- Fiscalização do funcionamento das unidades locais
- Contratualização transparente e monitorada dos prestadores
- 463 Transporte... 464

453

454 455

456 457

458

459

460 461

462

467

469

470

474

483

487 488

489

490

491

492

493

494

495

496

- 465 Sistema de informação: adesão ao SISREG 466
- Aproveitar oportunidades de treinamento da DIREG 468 (oficinas de regulação e de SISREG -50% taxa participação)
- 471 Atualizar relatórios/comunicar óbitos, altas e envio sem 472 regulação para as unidades. 473

Municípios/COSEMS

- Adesão ao CR: inserir-se aos Complexos Reguladores de sua região;
- · "Solicitar regulação dos pacientes, ou, no mínimo, "Comunicar" envio dos mesmos em caso de "ambulância-terapia", evitando transtornos e óbitos;
- Melhorar estruturação interna dos município quanto ao primeiro atendimento (PSF, Salas estabilização, HPP);
- PPI: retomada das discussão para compreensão do processo e eventual "renegociação" (??!!)



475Após falar do impacto da política, se reportando à lista de espera nas várias especialidades e que não diminui, comentou que, 476como a pauta tinha sido impulsionada pelo COSEMS, ela apresentava um slide mostrando o que o município devia fazer. E 477enfatizou a necessidade da adesão ao Complexo Regulador - CR de sua região. Após a apresentação, Dr. Raul Molina pediu 478 para passar a palavra pra Dr. Andrés, Superintendente da Regulação, que parabenizou a apresentação feita por Dra. Vicenza, 479considerando-a polêmica, mas importante e salientando seu principal objetivo, que é o de dividir responsabilidades para buscar 480 soluções. Dr. Raul Molina remarcou que a discussão da regulação é bem mais ampla do que apenas construírem uma central 481 reguladora. E passou a palavra a Dra Lívia Mansur, para esta expor os onze pontos que tinham discutido a respeito da regulação 482no Estado. Esta então fez a apresentação do COSEMS, conforme slides que seguem:



REGULAÇÃO

Dezembro 2013



PROPOSIÇÕES

- 1. A necessidade de abrir os contratos firmados com prestadores com AIH e leitos de internação;
- 2. Necessidade de utilização de um sistema único para regulação, o SISREG III. Sensibilização dos municípios para utilização deste sistema, além de garantir treinamento e apoio contínuo do estado para os municípios no que se refere a operacionalização;



3. Abertura do Sistema SISREG III para que os municípios possam acompanhar a lista de pacientes;

4. Conscientização quanto a atualização de informações/quadro clínico do paciente a ser regulado, levando em consideração que se esta atualização não for feita com até 72 horas o paciente "sai da tela" do Sistema de Regulação;

> 5. Prazo para implantação dos Complexos Reguladores das Regiões de Saúde. Ferramentas utilizadas no



9.Resgatar a adequação da "PPI VIVA" (PGASS) iniciando na CIR;

10.Ampliação da Política ao SAD (Portaria 963 de 27 de Maio de 2013) ,tendo como resultado a desospitalização –rotatividade dos leitos;

11. Responsabilidade Sanitária compartilhada, principalmente nos municípios com comando único.

537Em seguida, Dr. Raul Molina agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a sessão, lembrando que no mês de janeiro de 5382014 não haveria reunião, tendo em vista que seguem o calendário da CIT e que posteriormente seria informado o calendário 539para 2014. Não havendo mais o que tratar, após revisão da correção do registro da Ata pela técnica Maria de Fátima Valverde 540Dreyer, o qual foi feito pelo núcleo administrativo, eu, Silvana Moura Rodrigues Salume Xavier, Secretária Executiva Substituta 541da CIB, lavrei a presente Ata, que será assinada pelos Senhores Membros, após lida e aprovada. Salvador, 03 de dezembro de 5422013.

544Jorge José Santos Pereira Solla
545Raul Moreira Molina Barrios
546Suplente: Stela dos Santos Souza
547Suzana Cristina Silva Ribeiro
548Andrés Castro Alonso Filho
549Suplente: Alfredo Boa Sorte Júnior
550Washington Luis Silva Couto
551José Antônio Rodrigues Alves
552Suplente: Fabiano Ribeiro dos Santos
553Ivonildo Dourado Bastos
554Suplente: Cynthia Lopes Abreu Marques
555Joseane Mota Bonfim



6. Agilizar a implementação da Política Estadual 1627/2013 que trata do TIH;

7. Buscar o cumprimento dos contratos dos filantrópicos;

8.Garantia de Regulação de 100% dos leitos contratualizados pelas Redes Temáticas. Tal regulação deve ser de acordo com o contrato de metas.

Garantia por parte do Grupo Condutor de Redes, para o monitoramento, acompanhamento, controle e avaliação da execução da pactuação de metas.